

O arco do desmatamento e suas flechas

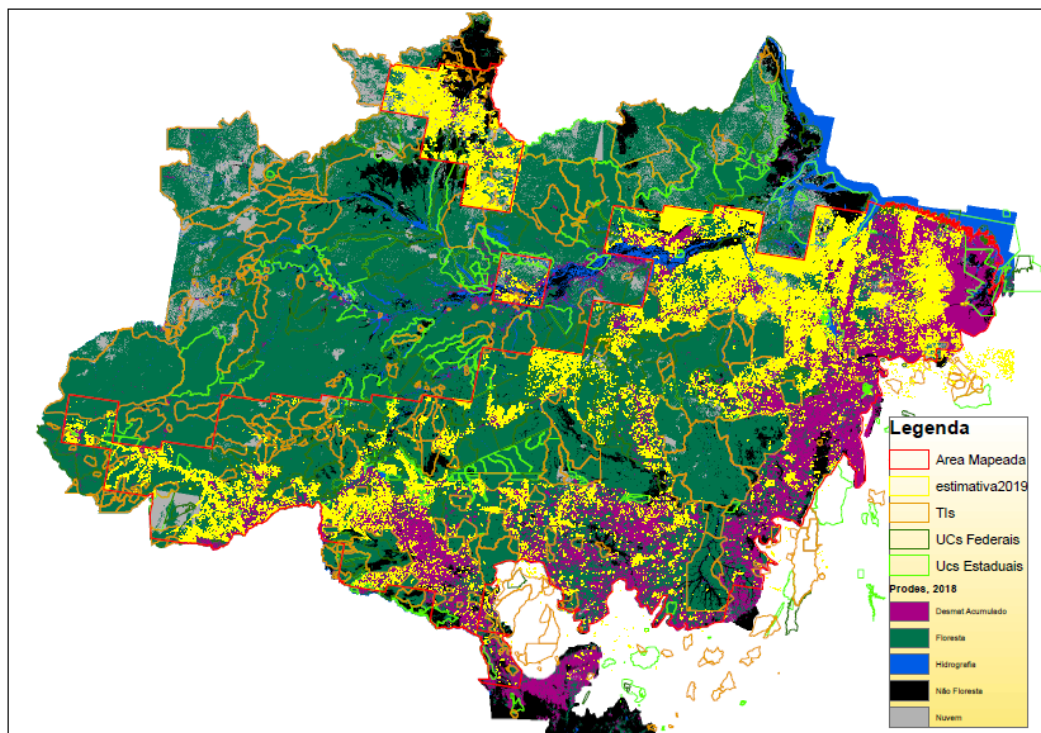
Antonio Oviedo¹, William Pereira Lima¹, Cicero Augusto¹

¹ Instituto Socioambiental, São Paulo

O termo conhecido como arco de desmatamento compreende a região onde encontram-se os maiores índices de desmatamento da Amazônia. É um território que vai do oeste do Maranhão e sul do Pará em direção a oeste, passando por Mato Grosso, Rondônia e Acre. As rodovias Belém-Brasília e Cuiabá-Porto Velho iniciaram o desenho desse arco, e atualmente corresponde ao território de 256 municípios que concentram aproximadamente 75% do desmatamento da Amazônia.

Um estudo elaborado pelo ISA com os dados oficiais do PRODES/INPE mais recentes mostra que novos municípios despontam na lista dos que mais desmatam no arco do desmatamento e pressionam uma nova fronteira do desmatamento. O destaque são as rodovias BR-163, BR-319 e BR-364 no estado do Acre, as quais como flechas irradiam a devastação para o interior da floresta amazônica.

O estudo considerou a área mapeada pelo PRODES/INPE para estimativa da taxa de desmatamento por corte raso para a Amazônia Legal em 2019, que compreende um conjunto de 99 imagens de satélite que atendem a três critérios: 1) cobrir a região onde foram registrados pelo menos 90% do desmatamento no período anterior do PRODES (agosto/2017 a julho/2018); 2) cobrir regiões onde foram registrados pelo menos 90% dos avisos de desmatamento do DETER 2018/2019; e 3) cobrir os 39 municípios prioritários para fiscalização referidos no Decreto Federal 6.321/2007 e atualizado em 2018 pela Portaria No. 428 do Ministério do Meio Ambiente.



Desmatamento no ano de 2019 (ago/2018 a jul/2019) na Amazônia legal.

Os resultados do estudo mostram que, em 2019, 22 municípios, que não constam da lista dos 256 municípios que delimitam o arco do desmatamento, aparecem entre os municípios responsáveis por 75% do desmatamento na Amazônia. Destacamos os municípios de Feijó e Tarauacá, no estado do Acre, ao longo da BR-364; e Rurópolis e Trairão, no estado do Pará, a longo da BR-163. Outros seis municípios (Anapú, Medicilândia, Novo Repartimento, Pacajá, Placas e Uruará), ultrapassam os limites do arco do desmatamento alcançando a região ao longo da BR-230.

Comparando os anos de 2008 e 2019, 15 novos municípios surgem entre os 51 que hoje respondem por 75% desmatamento. No estado do Acre, ao longo da BR-364, destacamos os municípios de Rio Branco, Sena Madureira, Feijó e Tarauacá. No Pará, os municípios de Cláudia, Jacareacanga e União do Sul na região da BR-163. E os municípios de Humaitá e Canutama, no Estado do Amazonas, confirmando a BR-319 como uma fronteira do desmatamento.

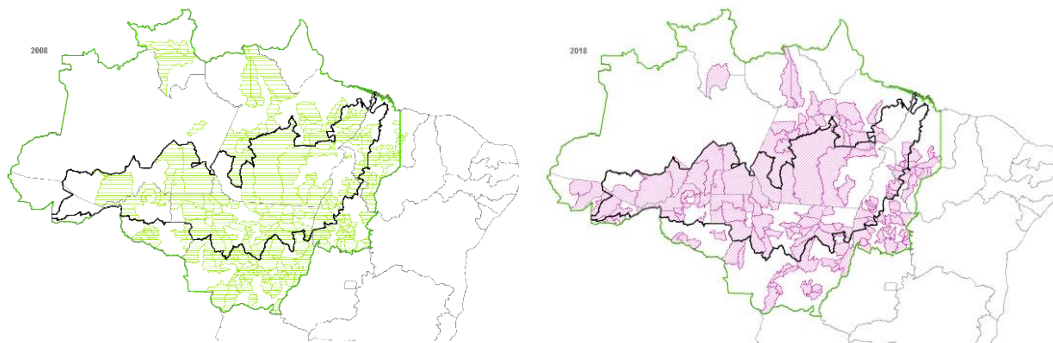
Considerando os últimos anos, entre 2018 a 2019, 11 novos municípios surgem entre os principais desmatadores. Essa região compreende a mais nova fronteira do arco do desmatamento. A expansão de novas áreas desmatadas continua muito alta nas áreas de influência da rodovia BR-163: Marcelândia, Peixoto de Azevedo e União do Sul. Até julho de 2019, foram devastados mais de 800 mil hectares de florestas só nesses três municípios - uma área quase duas vezes o tamanho do Distrito Federal. E no Estado de Roraima, quatro municípios (Cantá, Caracarái, Iracema e Mucajaí) intensificam a fronteira do desmatamento sob influência da BR-174. Nesses municípios, mais de 500 mil hectares foram desmatados até o mês de julho de 2019.

Essa nova geografia dos municípios que mais desmatam evidenciam o avanço do arco do desmatamento para o interior da Amazônia. Oito municípios destacados entre os que respondem por 75% do desmatamento em 2019 não estão relacionados na lista de municípios prioritários para o combate ao desmatamento do Ministério do Meio Ambiente¹. O aparecimento desses municípios, que figuram como zonas de perda elevada de cobertura florestal, é um indicador do insucesso das ações de combate ao desmatamento ilegal. Esses municípios sofrem uma epidemia de desmatamento, onde a impunidade dos desmatadores ilegais termina por estimular mais desmatamento.

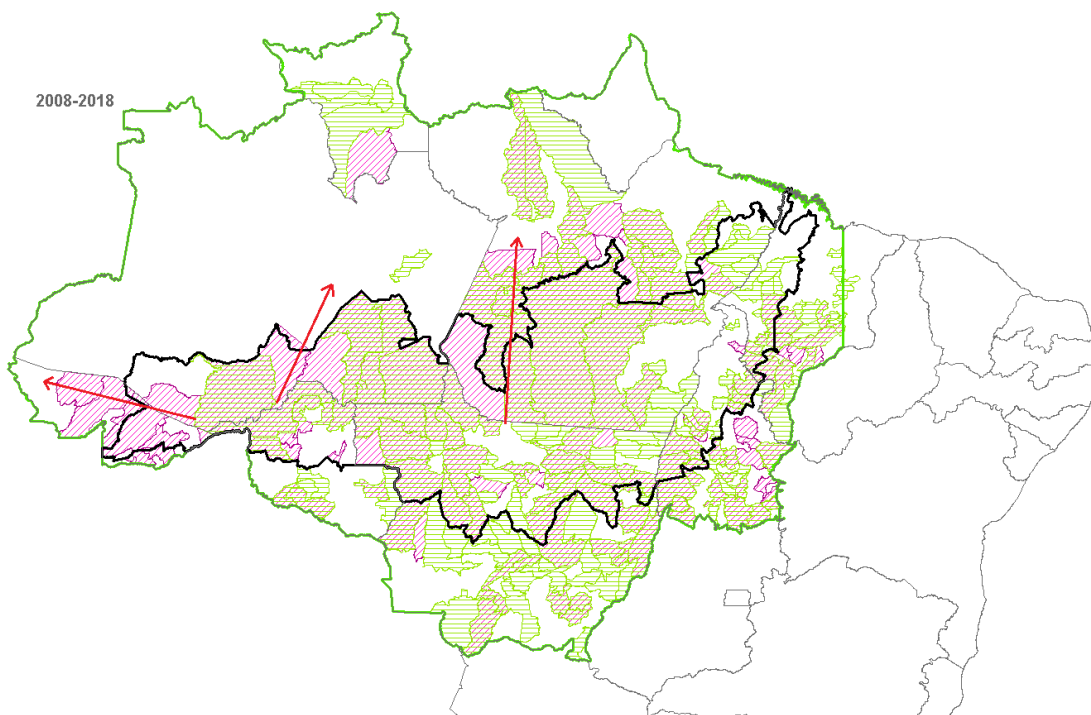
Os dados mais recentes do PRODES/INPE mostram que existe um grande desmatador que voltou a estar ativo. Entre os anos de 2002 a 2012, durante a queda do desmatamento houve uma diminuição no tamanho médio das áreas desmatadas. Mas a partir de 2012, os grandes desmatamentos (acima de mil hectares) passaram a contribuir mais e os pequenos desmatamentos a contribuir menos no computo total. Ou seja, o tamanho das áreas desmatadas está sendo maior novamente. Isso nos mostra o ator ou quem está desmatando. O autor desse desmatamento não é alguém que está ampliando sua propriedade, fazendo um “puxadinho”, mas alguém com poder aquisitivo capaz de abrir uma nova área de grandes dimensões.

¹ Portaria 428/2018 Decreto nº 6.321 de 21 de dezembro de 2007 e Lista de Municípios Prioritários da Amazônia (atualizado em 13/09/2017) em http://meioambiente.am.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/lista_municipios_prioritarios_AML_2017.pdf.

Existe uma forte pressão para a expansão de novas áreas para uso agropecuário. O arco do desmatamento que estava bem delimitado nas porções leste e sul do Pará, oeste do Maranhão, e grande extensão norte - sul do Mato Grosso agora atinge regiões do sudoeste do Pará, sul do Amazonas e oeste do Acre. Observamos a diminuição na participação dos municípios no sul do Mato Grosso. E a região sul do Amazonas, nos últimos três anos, mostra condições críticas de controle do desmatamento. Essas áreas revelam a tentativa de expansão do arco do desmatamento. Adicionalmente, o estado de Roraima, que não figura como uma região tão crítica no desmatamento, bateu o recorde em 2019 com aumento de 216% e mostra o avanço da fronteira ao norte da Amazônia.

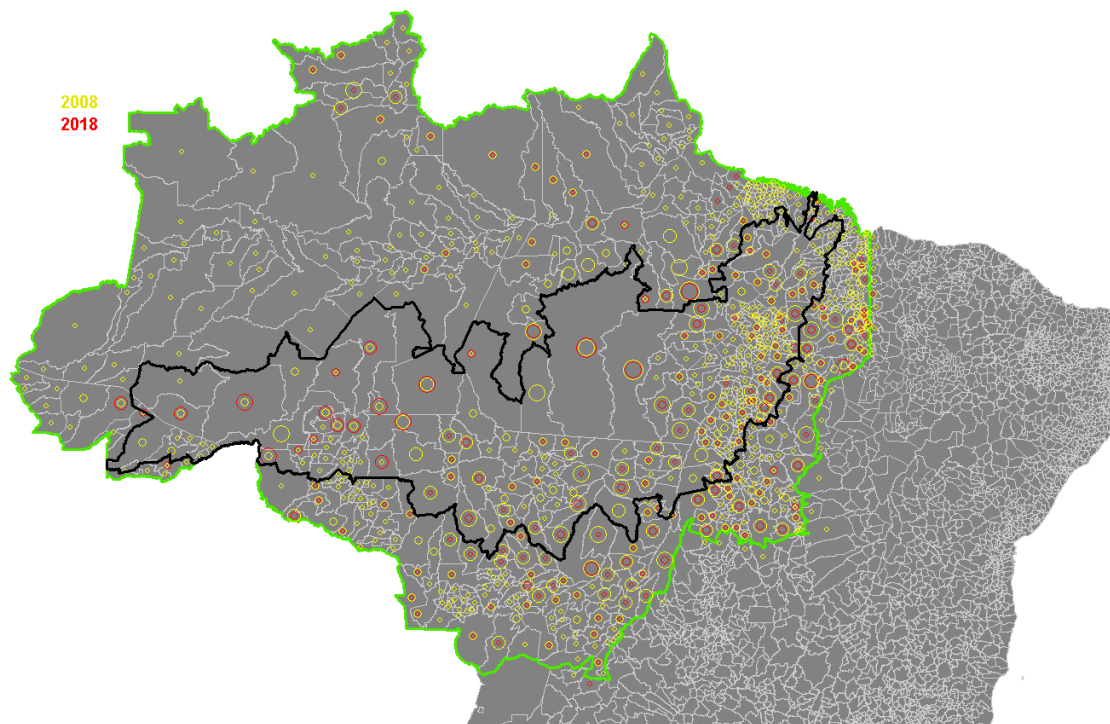


Evolução do desmatamento nos municípios do arco do desmatamento (polígono em preto) nos anos de 2008 (esquerda em verde) e 2018 (direita em rosa). Fonte: PRODES/INPE.



Sobreposição dos municípios do arco do desmatamento (polígono em preto) nos anos de 2008 (verde) e 2018 (rosa). Fonte: PRODES/INPE

O mapa abaixo mostra diferença do desmatamento nos municípios do arco do desmatamento nos anos de 2008 e 2018. Podemos observar que os municípios da porção sul e sudeste do arco apresentaram índices de desmatamento maiores em 2008. Já em 2018, são os municípios da porção norte e oeste do arco é quem apresentam os maiores índices de desmatamento.



Diferença no desmatamento nos municípios do arco do desmatamento (polígono em preto) nos anos de 2008 (círculo amarelo) e 2018 (círculo vermelho). Fonte: PRODES/INPE

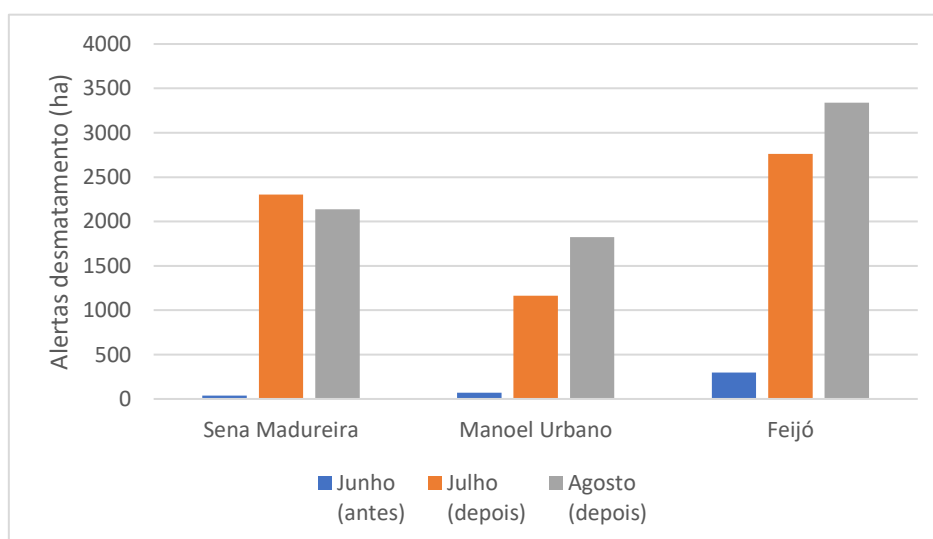
“Quem é o cara do Ibama que está fazendo isso no Estado lá?”

Essa nova dinâmica de conversão de grandes áreas de floresta para uso agropecuário e consequente expansão do arco do desmatamento encontrou um aliado: o discurso e leniência do governo em favor do enfraquecimento das políticas de combate ao desmatamento. O discurso que tem sido adotado pelo governo desde a campanha eleitoral, é um discurso de muita crítica em relação à fiscalização e atuação dos órgãos de controle ambiental, e que ainda defende um tipo de atividade econômica na Amazônia baseada na conversão ou degradação de grandes áreas de terra. Essa narrativa tem gerado um aumento de infrações ambientais na Amazônia real. Os dados registrados pelo sistema de alertas Deter-B têm mostrado um aumento do desmatamento e degradação florestal. Fizemos um cruzamento dos dados do Deter-B nos municípios por onde os representantes do governo passaram prometendo medidas de afrouxamento da fiscalização ambiental. Os dados são alarmantes.

Caso 1. Em julho de 2019, o governador do Acre recomendou aos produtores rurais em visita ao município de Sena Madureira: “Se o Imac (Instituto do Meio Ambiente do Acre) estiver multando alguém, me avisa (...). Me avisem e não paguem nenhuma multa”. O Imac é o órgão estadual, no Acre, responsável pela fiscalização e pela emissão de licenças ambientais. Porém, a política de afrouxamento da fiscalização está dando resultados. Os

alertas de desmatamento do Deter-B no município visitado, Sena Madureira, indicaram um aumento mais de cinco mil por cento (5.980%) logo após a visita do governador (julho e agosto de 2019). Nos municípios vizinhos de Manoel Urbano e Feijó não foi diferente, e os alertas de desmatamento entre os meses de junho e julho de 2019 aumentaram 826% e 1.514%, respectivamente. Em Sena Madureira houve 2.574 hectares de alertas nos meses de junho e julho, 225% a mais do que os mesmos meses de 2018. Os números também são do Deter-B, menos preciso do que o Prodes e usado principalmente para orientar a fiscalização dos órgãos ambientais e apontar tendências de desmatamento. Nos meses seguintes (agosto a setembro de 2019) os três municípios apresentaram taxas médias de desmatamento de 1.795 ha/mês.

Com base nos dados Deter-B, os alertas de desmatamento dos municípios do Acre, no período de julho a setembro de 2019, também foram superiores em comparação ao mesmo trimestre de 2018. Os aumentos foram de 128% em Sena Madureira, 69% em Manoel Urbano e 179% em Feijó.

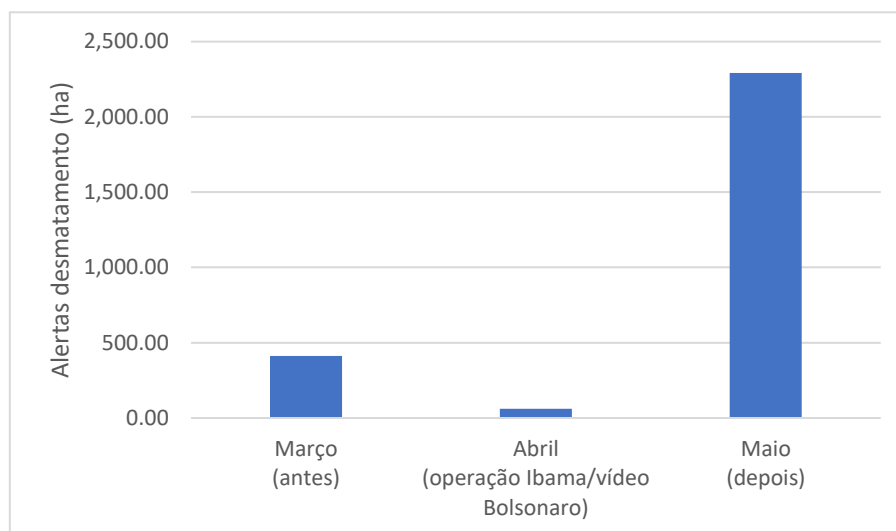


Alertas de desmatamento nos municípios do Acre no período de junho a agosto 2019. Fonte: Deter-B/INPE

Caso 2. Em abril de 2019, o presidente Bolsonaro desautoriza operação do Ibama no município de Cujubim (RO). Na região, fiscais do órgão haviam queimado caminhões e tratores usados para roubar madeira, na Floresta Nacional do Jamari. A destruição dos equipamentos é permitida pela legislação. “Ontem, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, veio falar comigo com essa informação. Ele já mandou abrir um processo administrativo para apurar o responsável disso aí. Não é pra queimar nada, maquinário, trator, seja o que for, não é esse procedimento, não é essa a nossa orientação”, discursa o presidente em um vídeo.

O resultado é instantâneo. Logo após desautorizar o Ibama, o município de Cujubim experimentou um aumento de 455% nos alertas de desmatamento do mês de maio de 2019. Segundo o Deter-B, houve 2.354 alertas (hectares) de desmatamento em Cujubim entre abril e maio deste ano, praticamente o dobro (aumento de 98%) em comparação com o mesmo período de 2018, quando houve 1.186 alertas.

Na Floresta Nacional do Jamari, a estimativa do desmatamento de 2019 (período de ago/18 a jul/19) registrou um aumento de 19% em comparação com o mesmo período dos dados consolidados do PRODES/INPE (período ago/17 a jul/18).

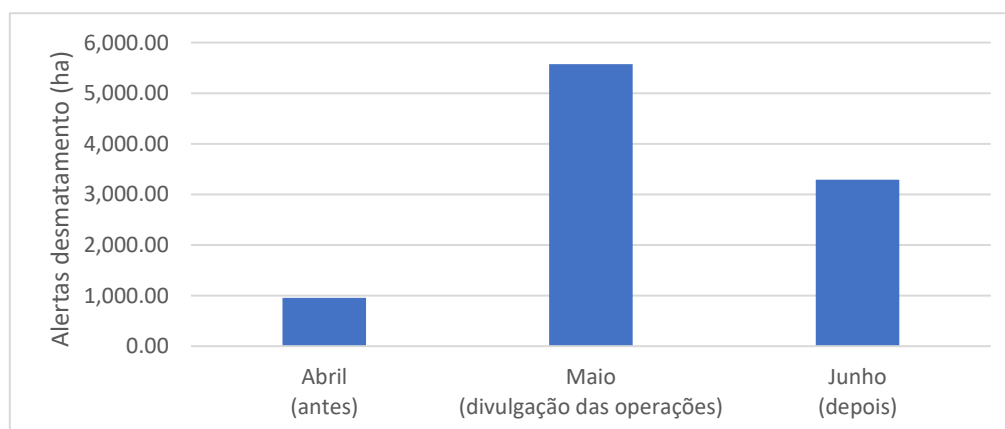


Alertas de desmatamento no município de Cujubim no período de março a maio 2019. Fonte: Deter-B/INPE

Caso 3. Em maio de 2019, o Ibama passa a divulgar antecipadamente a localidade que fará operações de fiscalização ambiental. E um dos municípios que mais se beneficiou dessa medida foi Novo Progresso (PA), onde a Floresta Nacional do Jamanxim sofre com invasões e desmatamento ilegal desde sua criação em 2007.

No município de Novo Progresso, após a divulgação antecipada das operações de fiscalização, os alertas de desmatamento registrados em maio de 2019 aumentaram em 484% em comparação com o mês anterior. Em junho de 2019, os alertas de desmatamento seguiram com aumento de 244% em comparação com o mês de abril de 2019 (período anterior da divulgação antecipada das operações de fiscalização).

Os alertas de desmatamento do Deter-B nos meses de maio e junho de 2019 também foram superiores em comparação com o mesmo período de 2018: aumento de 21% e 41% nos meses de maio e junho, respectivamente.

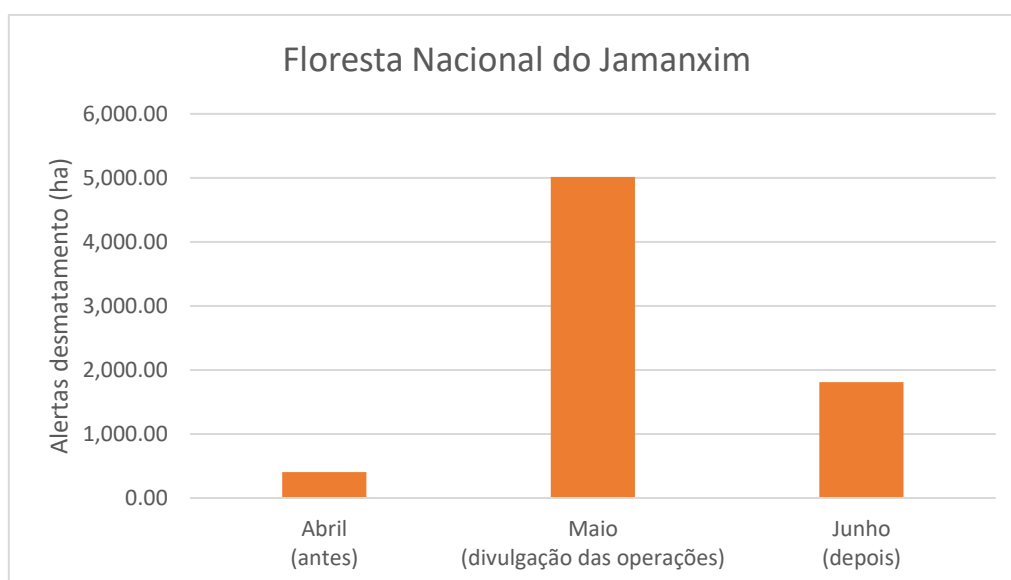


Alertas de desmatamento no município de Novo Progresso no período de abril a junho 2019. Fonte: Deter-B/INPE

Na Floresta Nacional do Jamanxim, a divulgação antecipada das operações de fiscalização foi acompanhada pelo aumento de 1.145% nos alertas de desmatamento de maio de 2019 em comparação com o mês anterior. Em junho de 2019, os alertas de desmatamento reduziram, mas seguiram com aumento de 349% em comparação com o mês de abril de 2019.

Os alertas de desmatamento do Deter-B nos meses de maio e junho de 2019 também foram superiores em comparação com o mesmo período de 2018: aumento de 92% e 41% nos meses de maio e junho, respectivamente.

Na Floresta Nacional do Jamanxim, a estimativa do desmatamento de 2019 (período de ago/18 a jul/19) registrou um aumento de 37% em comparação com o mesmo período dos dados consolidados do PRODES/INPE (período ago/17 a jul/18).



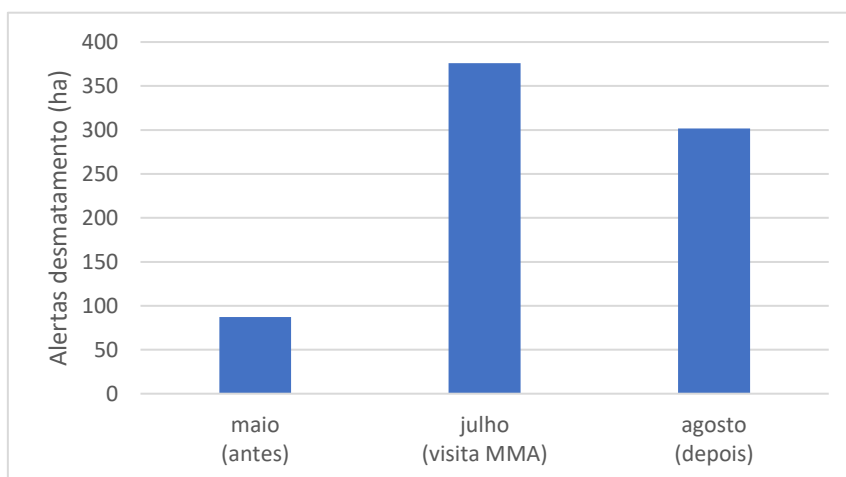
Alertas de desmatamento na Floresta Nacional do Jamanxim no período de abril a junho 2019. Fonte: Deter-B/INPE

Caso 4. Em julho de 2019, o ministro Ricardo Salles se reúne com madeireiros e defende a atividade em Espigão d'Oeste (RO). A visita ocorreu treze dias após um caminhão do Ibama ser incendiado durante as operações realizadas no mês de junho. Essa operação do Ibama até 4 de julho já havia proibido mais de 70 empresas de continuar com a produção madeireira na região. Na ocasião da visita, o ministro reconheceu a importância da produção madeireira no estado e que iria avaliar os pedidos feitos pela categoria.

Os resultados dos alertas de desmatamento do Deter-B mostram o encaminhamento que Ricardo Salles deu aos pedidos dos madeireiros de Espigão d'Oeste. No mês de julho de 2019, o município de Espigão d'Oeste apresentou um aumento de 332% nos alertas de desmatamento em comparação com o mês de maio de 2019. Em agosto e setembro de 2019, os alertas de desmatamento reduziram, mas seguiram com aumento de 247% e 283%, respectivamente, em comparação com o mês de maio de 2019.

Os alertas de desmatamento do Deter-B nos meses de julho e agosto de 2019 também foram superiores em comparação com o mesmo período de 2018: aumento de 348% e 116% nos meses de julho e agosto, respectivamente.

No município de Espigão d'Oeste, a estimativa do desmatamento de 2019 (período de ago/18 a jul/19) registrou um aumento de 21% em comparação com o mesmo período dos dados consolidados do PRODES/INPE (período ago/17 a jul/18).

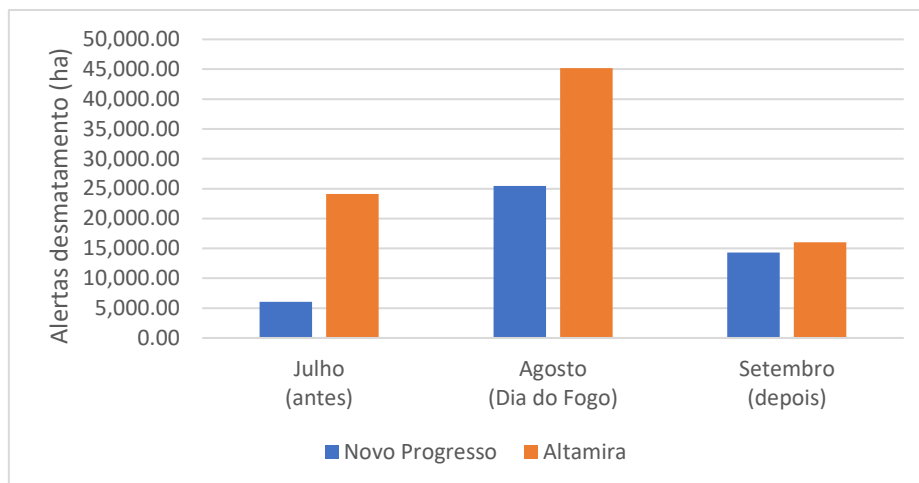


Alertas de desmatamento no município de Espigão d'Oeste no período de maio a junho 2019. Fonte: Deter-B/INPE

Caso 5. Em agosto de 2019, na região de Novo Progresso (PA), fazendeiros e grileiros de terra realizam um “Dia do Fogo”. Os municípios de Novo Progresso e Altamira (PA) foram severamente impactados com os incêndios, que serviam de sinal de fumaça ao presidente. Os resultados são acachapantes e mostram a enorme capacidade de devastação dos setores interessados pela conversão da floresta para fins de grilagem e uso agropecuário.

No município de Novo Progresso, os alertas de cicatriz de queimadas do sistema Deter-B registrados em durante o mês do “Dia do Fogo” (agosto de 2019) aumentaram em 3.446% em comparação com o mês anterior. Em setembro de 2019, os alertas de cicatriz de queimadas seguiram com aumento de 1.545% em comparação com o mês de julho de 2019 (período anterior o “Dia do Fogo”).

Os alertas de desmatamento do Deter-B nos meses de agosto e setembro de 2019 também foram muito superiores em comparação com o mesmo período de 2018: aumento de 82.252% e 313% nos meses de agosto e setembro, respectivamente.



Alertas de desmatamento nos municípios de Novo Progresso e Altamira no período de julho e setembro 2019. Fonte: Deter-B/INPE

No município de Altamira, os alertas de cicatriz de queimadas do sistema Deter-B registrados em durante o mês do “Dia do Fogo” (agosto de 2019) aumentaram em 14.384% em comparação com o mês anterior. Em setembro de 2019, os alertas de cicatriz de queimadas seguiram com aumento de 4.490% em comparação com o mês de julho de 2019 (período anterior o “Dia do Fogo”).

Os alertas de desmatamento do Deter-B nos meses de agosto e setembro de 2019 também foram muito superiores em comparação com o mesmo período de 2018: aumento de 146.260% e 90% nos meses de agosto e setembro, respectivamente.

Discurso incendiário

Diante desse cenário, a fiscalização ambiental, que já sofria de inúmeras carências, tem muita dificuldade para atuar. O abandono do PPCDAM como a principal medida de controle do desmatamento é um dos principais elementos que contribuiu para esse cenário de destruição. PPCDAM é uma política de Estado e precisa ser implementada. Isso vai muito além do que o MMA tem feito hoje para controlar o desmatamento. O governo precisa assumir uma agenda socioambiental na Amazônia, onde envolve diversos ministérios. Inexiste uma coordenação específica atualmente para implementar o PPCDAM. A política ambiental não se faz com desconstrução e discursos incendiários ou que exaltam os setores que mais devastam a Amazônia. Na maioria das vezes, em se tratando de exploração de madeira, os setores favorecidos por esse discurso político atuam na ilegalidade.

É necessário retomada e continuidade do PPCDAM. Quando tivemos a presença do Estado, como por exemplo a recente GLO para combater o fogo na Amazônia, os índices de desmatamento e fogo caíram. E garimpos ilegais foram paralisados. Ou seja, a fiscalização inibe o desmatamento.